

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM RETIRO

Inquérito Civil Público n. 06.2018.00001710-6

Objeto: Apurar a venda de produto de origem animal (mel de abelha) sem a devida inspeção sanitária e industrial por Moacir Schütz.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pelo Promotor de Justiça Substituto que abaixo subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no art. 127, *caput*, e art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85; e o **COMPROMISSÁRIO MOACIR SCHÜTZ**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n. 6.150.007 SSP/SC, natural de Alfredo Wagner/SC, nascido em 01/05/1981, filho de Aldenir Schütz e Arli Soares Schütz, residente na Rua do Comércio, 826, Barracão, Alfredo Wagner/SC, diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil Público n. 06.2018.00001710-6**, resolvem celebrar o presente

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- PROGRAMA ALIMENTO SEM RISCO -

consoante fundamentos e cláusulas estabelecidas na sequência:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, nos artigos 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos artigos 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM RETIRO

CONSIDERANDO que o § 1.º, do artigo 8.º da lei 7.347/85 prevê que "o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis".

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso XXXII da Constituição da República Federativa do Brasil impõe que "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor" e que o art. 170 determina que "a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV – defesa do consumidor";

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, I, do CDC);

CONSIDERANDO que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (art. 8º do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, (art. 10, *caput*, e art. 39, VIII, ambos do CDC);

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM RETIRO

CONSIDERANDO que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação, os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam (art. 18, §6º, do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (art. 6º, VI, do CDC), por defeito do produto (art. 12, *caput*, do CDC);

CONSIDERANDO que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (art. 12, §1º, II, do CDC);

CONSIDERANDO que o art. 18, do Código de Defesa do Consumidor dispõe que “Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas”;

CONSIDERANDO que, dependendo do contexto fático, pode constituir crime contra as relações de consumo entregar produto nocivo à saúde ou em desacordo com as prescrições legais (art. 7º, IX, da Lei n. 8.137/90 c/c art. 18, § 6º, do CDC);

CONSIDERANDO que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar sérios problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM RETIRO

CONSIDERANDO que o § 1º art. 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias”;

CONSIDERANDO que tramitou nesta Promotoria de Justiça a Notícia de Fato nº 01.2017.00021962-7, inicialmente instaurada na 1ª Promotoria de Justiça de São Joaquim (posteriormente evoluída para o presente Inquérito Civil) com base em documentação encaminhada pela Vigilância Sanitária daquela Comarca, que informava a adulteração do mel comercializado por Marionei do Prado, residente naquela Comarca;

CONSIDERANDO que no bojo das averiguações, após vistorias realizadas pela CIDASC e pela Vigilância Sanitária de São Joaquim, verificou-se que Marionei do Prado era revendedor do mel adquirido de Moacir Schutz, residente na cidade de Alfredo Wagner/SC, razão pela qual a Promotora de Justiça da Comarca de São Joaquim remeteu o referido procedimento para esta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que, segundo consta nos autos, Moacir Schütz compareceu à Vigilância Sanitária de Alfredo Wagner no dia 19 de dezembro de 2017 e relatou que revendia mel de trabalhadores da agricultura familiar da região;

CONSIDERANDO que, por meio de requisição desta Promotoria, a CIDASC de Rio do Sul efetuou fiscalização no estabelecimento comercial de Moacir Schütz no dia 08 de fevereiro de 2018, oportunidade em que, embora não tenham logrado êxito em coletar amostras, tomaram as declarações do investigado, que admitiu que adquiria mel de trabalhadores da agricultura familiar da região e depois o revendia, bem como que comercializou

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM RETIRO

mel com Marcionei do Prado;

CONSIDERANDO que a empresa Minamel Agroindústria Ltda., que comprou o mel vendido por Moacir Schütz para Marionei do Prado, realizou análise de amostra do produto e constatou que ela não atendia a todas as especificações no que se refere aos parâmetros físico-químicos e sensoriais de acordo com a legislação vigente;

CONSIDERANDO que em reunião realizada nesta Promotoria de Justiça no dia 20-03-2018, o investigado Moacir Schutz informou que é produtor de cebolas na localidade de Barro Preto, cidade de Alfredo Wagner, e que também auxilia o seu genitor Aldenir Schutz no comércio de produtos adquiridos diretamente de produtores rurais;

CONSIDERANDO que na ocasião o investigado Moacir Schutz admitiu que comprou 200kg (duzentos quilos) de mel não submetido a inspeção sanitária de agricultores da agricultura familiar e revendeu a mesma quantidade para Marionei do Prado por R\$ 14,00 (quatorze) reais o quilo;

CONSIDERANDO que a exposição à venda e a comercialização ao público de modo geral de produtos de origem animal não submetidos a inspeção sanitária, o que inclui mel de abelhas e todos os seus derivados, é interdita;

RESOLVEM

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC**, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei Federal n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E
COMPROVAÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

O COMPROMISSÁRIO se compromete a seguir todas as

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM RETIRO

normas sanitárias em vigor, notadamente as referentes à comercialização de produtos de origem animal, especialmente mel de abelhas;

O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a comercializar (receber, ter em depósito, expor à venda, vender) somente produtos próprios e adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo no que se refere a prazo de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento;

O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a não comercializar quaisquer produtos de origem animal destinados a consumo humano, tais como carnes de qualquer espécie, frutos do mar de qualquer espécie, laticínios de qualquer espécie, ovos de quaisquer aves, e mel de abelhas e seus derivados, que não hajam sido previamente submetidos a inspeção sanitária, comprovada mediante aposição de indicação na embalagem ou no próprio produto ou mediante outro procedimento regulamentarmente aceito;

O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a seguir rigorosamente as normas sanitárias relativas à higiene e limpeza de seu estabelecimento, mantendo sempre limpo e higienizado o maquinário existente no local;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a comprovação do eventual descumprimento do avençado em qualquer dos itens desta cláusula, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos, desde que, neste último caso, seja seguida de verificação pelos órgãos fiscalizadores, com comprovação do descumprimento.

CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDA COMPENSATÓRIA

Pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados por este instrumento, assim como pelo risco acarretado pelas irregularidades constatadas em seu estabelecimento, o **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de pagar, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário, a medida compensatória de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. A comprovação do cumprimento desta obrigação deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento por meio da apresentação de comprovante de quitação a esta Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA TERCEIRA: MULTA COMINATÓRIA

O **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), pelo descumprimento das obrigações descritas na Cláusula Primeira e parágrafos.

Parágrafo único. A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **Ministério Público** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Bom Retiro para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, sendo que o arquivamento do Inquérito Civil n. **06.2018.00001710-6** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85.

Bom Retiro, 19 de abril de 2018.

Antonio Junior Brigatti Nascimento
Promotor de Justiça Substituto

Moarcir Schütz
RG n. 6.150.007 SSP/SC